de Apoio Operacional Ambiental e à Corregedoria Geral do Ministério Público:

5. Junte-se aos autos cópia da Farae n. 250/2014-MP/1°PJT e seus anexos, bem como cópia do ofício n. 717/2014-MP/1ªPJTAI; Ofício n. 267/2014-SECTMA: Ofício n. 773/2014-MP/1aPJTAI: Ofício n. 648/2014-MP/1ªPJTAI; Ofício 085/2014/PGM; Ofício n. 094/2014/PGM e Ofício n. 647/2014-MP/1°PJTAI

6. Após, voltem-me conclusos para posterior deliberações;
7. registre-se publica-se e cumpra-se.

Tailândia, 21 de agosto de 2014

Ely Soraya Silva Cezar - Promotora de Justiça Titular da 1ª PJ de Tailândia

### RESUMO DE PORTARIA Nº 015/2014-MP/4ªPJ/DCF/DH

A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS DE BELÉM, Dra. MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 001551-116/2013, na promotoria de justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém, sito a Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil: nº 001551-116/2013

Instaurante: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art.129, inciso III, da constituição Federal de 1988 e art. 26, Incisos I e VI da Lei nº 8.625/93 e, Lei Complementar nº 057/06, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, artigo 54, inciso I.

Investigado: MUNICÍPIO DE BELÉM - SEMEC Objeto da apuração: Apurar a existência de funcionários

públicos admitidos sem a previa realização de concurso público em detrimento aos candidatos aprovados no concurso público 01/2011 - SEMEC, com fundamento no art. 37, caput e incisos II, V e IX, da Constituição Federal.

Belém. 27 de Maio de 2014

### MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO

Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos

Protocolo 778300

### EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 000285-151/2014

A 1ª Promotora de Justica de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, em exercício, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público.

Portaria de instauração nº124/2014 Data da Instauração: 03/12/2014

Investigado: André Ricardo Otoni Vieira

Assunto: Apurar possível prática de atos incompatíveis com sua condição de servidor público, assessor do PGJ à época dos fatos. Belém, 03 de dezembro de 2014

Promotora de Justiça: Helena Maria Oliveira Muniz Gomes (em

# Protocolo 778311

### **EXTRATO DO PROCEDIMENTO PRAPARATÓRIO Nº** 001844-116/2013- MP/PJ/DPP/MA

Por ordem da Dra. Elaine Castelo Branco - 1ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Publico e da Moralidade Administrativa, em exercício, solicito a publicação do Extrato da Portaria n°051/2014-MP/PJ/DPP/MA, a fim de tronar publica a instauração do Procedimento Preparatório n° 001844-116/2013-MP/PJ/DPP/MA

# PORTARIA N° 051/2014

Data da instauração: 16/06/2014

Investigado: Hospital Universitário Bettina Ferro

Objeto: Apurar possível desvio de medicamento do Hospital Universitário Bettina Ferro para rede privada, sendo o medicamento fornecido pela SESPA/PA.

Protocolo 778343

# EXTRATO DO INQUERITO CIVIL

**N° 202/2009-MP/1°PJ/DPP/MA**A 1ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Publico e da Moralidade Administrativa, em exercício, torna público à instauração do inquérito Civil n° 202/2009.

PORTARIA N° 061/2014-MP/1°PJ/DPP/MA

Data da instauração: 03/07/2014

Investigado: Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ

Objeto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de temporários na ADEPARÁ.

Elaine Castelo Branco - Promotora de Justiça

Protocolo 778361

# PORTARIA N.º 7793/2014-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei

Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006; CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 046/14-MP/3ª PJCrim, datado de 1º/12/2014, protocolizado sob o n.º 50747/2014, em 1°/12/2014;

RESOLVE

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ GUSTAVO DA LUZ QUADROS para oficiar na sessão do Tribunal do Júri, de atribuição do 3º cargo da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Castanhal, em atuação conjunta, no dia 2/12/2014, referente ao processo n.° 000512129.2009.814.0015, no qual figura como acusado Antônio Jeferson Araújo Gadelha, sem prejuízo das demais atribuições

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de dezembro de 2014.

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO Subprocuradora-Geral de Justiça, Área Jurídico-Institucional

O ministério público do Estado do Estado do Pará torna pública a conversão do Procedimento Administrativo em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos

# PORTARIA Nº.: 032/2014 - MP /4ªPJCIV

Inquérito Civil: 097/13-EX4C

Conversão: 20/06/2014.

Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua **Fundamentos:** Arts. 2° e 3° da Lei n.° 10.741/2003, Art. 26, I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei n.º 8.625/93 e Art. 129,11, da CF /88

Origem: Procedimento Administrativo nº 097/13-EX4C.

Objeto: Apurar pedido de providências formulado perante esta Promotoria de Justiça, através da Ficha de Atendimento ao Público n.º 104/13-AP4C, versando sobre possível violência financeira praticada contra o idoso Abdon Vieira.

Ananindeua (PA), 20 de junho de 2014 JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS

4º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua

### Protocolo 778380

O ministério público do Estado do Estado do Pará torna pública a conversão do Procedimento Administrativo em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

# PORTARIA Nº.: 040/2014 - MP /4ªPJCIV

Inquérito Civil: 034/13-EX4C

Conversão: 26/05/2014.

Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua Fundamentos: Arts. 2° e 3° da Lei n° 10.741/2003. Art. 26. I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei n.º 8.625/93 e Art. 129,

Origem: Procedimento Administrativo nº 034/13-EX4C

Objeto: Apurar notícia de fato trazida ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, através da Ficha de Atendimento ao Público n.º 036/13-AP4C, versando sobre possível situação de risco pessoal e social, tipificados por negligência e maus-tratos praticados contra o idoso Angelino Ferreira de Castro.

Ananindeua (PA), 26 de maio de 2014 JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS 4º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua

Protocolo 778409

O ministério público do Estado do Estado do Pará torna pública a conversão do Procedimento Administrativo em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

# PORTARIA Nº.: 042/2014 - MP/4ªPJCIV

Inquérito Civil: 033/13-EX4C Conversão: 27/05/2014.

Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua Fundamentos: Arts. 2° e 3° da Lei n.º 10.741/2003, Art. 26, I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei n.º 8.625/93 e Art. 129,11,

Origem: Procedimento Administrativo nº 033/13-EX4C.

Objeto: Apurar notícia de fato trazida ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, através da Ficha de Atendimento ao Público n.º 033/13-AP4C, versando sobre irregularidades na fiscalização realizada pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Ananindeua - SEMUTRAN, em face do transporte público destinado a pessoa portadora de deficiência, tendo em vista o funcionamento de apenas 10% do transporte adaptado. Ananindeua (PA), 27 de maio de 2014

JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS

4º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua

Protocolo 778420

O ministério público do Estado do Estado do Pará torna pública a conversão do Procedimento Administrativo em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à promotora de Justica oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados

# PORTARIA Nº 041/2014-MP/4ªPJCIV

Inquérito Civil: 005/13-EX4C

Conversão: 27/05/2014.

Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua Fundamentos: Arts. 2° e 3° da Lei n° 10.741/2003. Art. 26. I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei nº8.625/93 e Art. 129, II,

Origem: Procedimento Administrativo n.º 005/13-EX4C

Obieto: Apurar notícia de fato trazida ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, através da Ficha de Atendimento ao Público n.º 003/13-AP4C, versando sobre possível utilização irregular dos proventos do idoso **Pedro Manito dos Reis**, bem como, situação de risco pessoal e social, tipificados por negligência e maus-tratos praticados contra o mesmo. Ananindeua (PA), 27 de maio de 2014

JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS

4º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua

Protocolo 778429

### EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 001481-101/2013-MP/1aPJ/DPP/MA

PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, EM EXERCICIO. DRA. ELAINE CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n°001481-101/2013 - MP/1ªPJ/DPP/ MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n0100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de instauração n°036/2014 Data da Instauração: 22/05/2014

OBJETO: Apuração por prática de ato de improbidade administrativa atribuída a servidor do Fisco Estadual responsável pela fiscalização e autuação da Empresa SOMEC. Elaine Castelo Branco - 1ª Promotora de Defesa do Patrimônio

Público e da Moralidade Administrativa

Protocolo 778453

# Extrato para publicação no Diário oficial do Estado Edital de prorrogação N° 021/2012- MP/5ªPJ/ATM A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ALTAMIRA

torna pública a instauração do procedimento administrativo abaixo indicado, que se encontra à disposição na rua Coronel José Porfirio, n°2560, bairro Esplanada do Xingu, município de

INOUFRITO CIVIL Nº 021/2012-5ª PJ/ATM

Data da Portaria: 02/10/2009; Data da Prorrogação: 31/05/2014;

Previsão para Término do ICP: 31/05/2015. Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 129, da CF/88, art. 26, da lei n° 8625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual n° 57. Interessado (s): 10ª Regional de Proteção Social/SESPA

Objeto de Investigação: apurar atraso no pagamento do benefício do programa TFD.

Altamira /PA, 31 de maio de 2014. Gustavo Rodolfo Ramos de Andrade

Promotor de justiça da 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais de Altamira

# Extrato para publicação no Diário oficial do Estado Edital de prorrogação N° 001/2012- MP/5ªPJ/ATM

A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ALTAMIRA torna pública a instauração do procedimento administrativo abaixo indicado, que se encontra à disposição na rua Coronel José Porfirio, n°2560, bairro Esplanada do Xingu, município de Altamira/PA

INQUERITO CIVIL N° 001/2012-5ª PJ/ATM Data da Portaria: 17/01/2012; Data da Prorrogação: 31/05/2014;

Previsão para Término do ICP: 31/05/2015.

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 129, da CF/88, art. 26, da lei n° 8625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual n° 57.

Interessado (s): ADEPARÁ Prefeitura Municipal de Altamira

Vigilância Sanitária

Objeto de Investigação: apurar notícias de comercialização

